



# Escola em tempo de inclusão: ensino comum, educação especial e ação do Fonoaudiólogo\*

School on time of inclusion: common  
teaching, special education and  
speech therapist's action

Escuela en tiempo de inclusión:  
enseñanza común, educación especial  
y acción del fonoaudiólogo

Maria Sivia Cárnio\*\*

Ana Paula Berberian\*\*\*

Maria Cecília Bonini Trenche\*\*\*\*

Claudia Regina Mosca Giroto\*\*\*\*\*

## Resumo

*Esta comunicação traz algumas reflexões sobre a ação do fonoaudiólogo na escola, apresentadas em uma Mesa Redonda proposta pelo Departamento de Saúde Coletiva, intitulada: Escola em tempo de inclusão: ensino comum, educação especial e ação do fonoaudiólogo, durante o 19º Congresso da SBFA no WTC-Sheraton São Paulo. As reflexões desencadeadas objetivaram oferecer elementos para a sistematização de ações intersetoriais pautadas em princípios éticos, teóricos e práticos que viabilizem relações colaborativas entre fonoaudiólogos e educadores. O texto manteve a ordem das apresentações que tiveram como foco: 1) os desafios da atuação fonoaudiológica nos processos de inclusão e exclusão escolar: da promoção da linguagem oral e escrita, às abordagens dos denominados distúrbios de linguagem; 2) a interface entre Fonoaudiologia e Educação; 3) a atuação do Fonoaudiólogo no contexto de Educação Inclusiva e Educação Especial. As autoras defendem a posição de que o trabalho realizado na interface Fonoaudiologia e Educação tem potência para contribuir com processos de inclusão escolar, capaz de subverter a lógica discriminatória que impõe, na ordem do dia, o binômio inclusão/exclusão. As abordagens teórico-metodológicas apresentadas pelas autoras estão sustentadas numa visão humanizada e cidadã do cuidado, da formação e da participação social.*

**Palavras-chave:** fonoaudiologia; educação; educação especial.

\* Mesa Redonda do Departamento de Saúde Coletiva do 19º Congresso da SBFA no WTC-Sheraton São Paulo.

\*\* Docente do Departamento de Fisioterapia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional da Faculdade de Medicina da USP.

\*\*\* Docente do Curso de Graduação em Fonoaudiologia e do Programa de Pós Graduação – Mestrado e Doutorado – em Distúrbios da Comunicação da Universidade Tuiuti do Paraná. \*\*\*\* Professora Titular da Faculdade de Ciências Humanas de Da Saúde da PUC-SP/Brasil. \*\*\*\*\* Departamento de Educação Especial – Faculdade de Filosofia e Ciências – UNESP – Marília/SP/Brasil.





## Abstract

*This article reflects about the action of the school speech therapist presented in a panel discussion proposed by the Public Health Department entitled: "School time of inclusion: common teaching, special education and speech therapist's action" during the 19<sup>th</sup> SBFa's Congress at the WTC Sheraton in São Paulo. The reflections triggered aimed to provide elements for the systematization of actions from different sectors guided by ethical principles, theory and practice that enable collaborative relationships between educators and speech therapists. The text maintained the order of presentations that have focused on: 1) the challenges of speech-language intervention in the processes of inclusion and exclusion of the school: from the promotion of oral and written language, to the approaches of the so-called language disorders; 2) the interface between Speech Therapy and Education; 3) the role of the speech therapist in the context of Inclusive and Special Education. The authors support the position that the work done at the interface Speech Therapy and Education has the potential to contribute to school's inclusion processes that will be capable to subvert the discriminatory logic that imposes in daily school the binomium inclusion / exclusion. The theoretical and methodological approaches presented by the authors are supported in a humane and civic vision care, training and social participation.*

**Key-words:** *speech, language and hearing sciences; education; special education.*

## Resumen

*Esta comunicación trae algunas reflexiones sobre la acción del fonoaudiólogo en la escuela, expuesta en una Mesa Redonda propuesta por el Departamento de Salud Colectiva, titulada: Escuela en tiempo de inclusión: enseñanza común, educación especial y acción del fonoaudiólogo, durante el 19º Congreso del SBFa en el WTC-Sheraton São Paulo. Las reflexiones desencadenadas tenían el objetivo de ofrecer elementos para la sistematización de acciones intersectoriales apoyadas en principios éticos, teóricos y prácticos que viabilizaran relaciones colaborativas entre fonoaudiólogos y educadores. El texto mantuvo el orden de las exposiciones, que tuvieron como foco: 1) Los desafíos de la actuación fonoaudiológica en los procesos de inclusión y exclusión escolar: de la promoción del lenguaje oral y escrito, a las abordajes de los denominados disturbios de lenguaje; 2) La interfaz entre Fonoaudiología y Educación; 3) La actuación del fonoaudiólogo en el contexto de la Educación Inclusiva y Educación Especial. Las autoras defienden la posición que el trabajo realizado en la interfaz Fonoaudiología y Educación tiene capacidad para contribuir con procesos de inclusión escolar, capaz de subvertir la lógica discriminatoria que se impone en el orden del día del binomio inclusión/exclusión. Las inclusiones teóricas-metodológicas expuestas por las autoras están sustentadas en una visión humanitaria y ciudadana del cuidado, de la formación y de la participación social.*

**Palabras-claves:** *fonoaudiología, educación, educación especial.*





## Introdução

A atuação do Fonoaudiólogo na área da Educação e Educação Especial é antiga, mas controversa, uma vez que muitos fonoaudiólogos apresentam concepções diferenciadas a respeito da interface entre Fonoaudiologia, Educação e Educação Especial, bem como em relação às várias definições/conceituações acerca de dificuldades e distúrbios de leitura e escrita, que possam interferir no aprendizado de escolares.

Devido à relevância do assunto, este artigo tem por objetivo apresentar uma breve comunicação relativa às três palestras apresentadas na Mesa Redonda, organizada pelo Comitê de Políticas Públicas de Educação, do Departamento de Saúde Coletiva, intitulada: “Escola em tempo de inclusão: ensino comum, educação especial e ação do fonoaudiólogo”, durante o 19º Congresso da SBFa no WTC-Sheraton São Paulo.

O texto segue a ordem de apresentação da mesa redonda, sendo que a primeira palestra, proferida pela Dr<sup>a</sup> Ana Paula Berberian, faz uma análise dos desafios da atuação fonoaudiológica, por meio de uma discussão conceitual sobre promoção de linguagem oral e escrita, inclusão, exclusão e dislexia.

A segunda palestra, ministrada pela Dr<sup>a</sup> Maria Cecília Bonini Trenche, traz reflexões sobre a interface entre Fonoaudiologia e Educação, questionando também o conceito de inclusão e enfatizando a relevância do papel social do Fonoaudiólogo e da necessidade de programas em rede de atuação inter e transdisciplinar.

Por fim, a terceira palestra, conduzida pela Dr<sup>a</sup> Cláudia Regina Mosca Giroto, apresenta discussões sobre a atuação do Fonoaudiólogo no contexto educacional, tanto no âmbito da inclusão, quanto da educação especial.

A coordenação da mesa esteve a cargo da Dr<sup>a</sup> Maria Silvia Cárnio, que no exercício de sua função ficou responsável pela introdução e considerações finais.

## Desafios da atuação fonoaudiológica nos processos de inclusão e exclusão escolar: da promoção da linguagem oral e escrita às abordagens dos denominados distúrbios de linguagem

Para aprofundarmos as discussões em torno das relações estabelecidas entre saúde, educação

e educação especial, em vista apreender, especialmente, como o fonoaudiólogo pode contribuir para que o processo de inclusão escolar seja efetivo, dirigimos inicialmente nossa apresentação para análises da complexidade e das contradições envolvidas em alguns dos conceitos que têm, tradicionalmente, balizado tais relações.

Para tanto, na primeira parte da apresentação, realizamos, a partir da perspectiva sócio-histórica, uma discussão conceitual acerca dos binômios exclusão/inclusão e diversidade/desigualdade. Para situarmos tal perspectiva, enfatizamos a necessidade de deslocarmos nossas análises e intervenções: - dos problemas de aprendizagem para os processos de escolarização e as políticas públicas; - do indivíduo para as dimensões históricas, políticas, institucionais e pedagógicas que constituem o caráter coletivo da vida escolar <sup>1</sup>.

Enfim, ao abordarmos os problemas de linguagem, de aprendizagem e do fracasso escolar como constituídos por uma complexa rede de relações, passamos a considerar que as formas como falamos e escrevemos, bem como os valores e os usos que estabelecemos com a oralidade e a escrita dizem respeito às condições materiais e subjetivas, a partir das quais nos inserimos socialmente e exercitamos nossa cidadania <sup>2</sup>.

Estabelecidos os princípios norteadores de nossa abordagem, chamamos atenção para o fato de que os conceitos de inclusão e exclusão são compatíveis e formulados por sociedades organizadas em classes que naturalizam as desiguais condições de vida da população. Nesse contexto, sempre haverá a quem incluir, já que nessas sociedades, a escola nunca será para todos. Tal fato torna-se evidente ao verificarmos que a velocidade e a amplitude com que vem sendo propagada a defesa por uma educação inclusiva são inversamente proporcionais ao tempo e à extensão regional em que vêm sendo superadas as precárias condições de ensino/aprendizagem escolar que atingem parcela da população, incluindo aquela classificada como deficiente <sup>3</sup>.

Posteriormente, discutimos os impactos negativos que os conceitos de inclusão e exclusão, igualdade e desigualdade, uma vez sustentados por um viés normativo e organicista, geram no processo de inclusão escolar dirigido a alunos com necessidades especiais, focando, em particular, a situação daqueles inseridos no contexto da denominada dislexia.





Nessa direção, evidenciamos a necessidade da verticalização de estudos acerca de conceituações e procedimentos avaliativos e diagnósticos em torno da dislexia, levando em consideração, para além das condições individuais e orgânicas, as diferentes dimensões e aspectos que estão diretamente envolvidos com os baixos índices de letramento que caracterizam parcela significativa da população brasileira. Ressaltamos a necessidade de que as abordagens fonoaudiológicas, dirigidas aos distúrbios de leitura e escrita, levem em consideração, conforme dados apresentados por pesquisas nacionais de grande e pequena escala, que a maior parte dessa população se relaciona de forma restrita com a linguagem escrita, uma vez que desconhece suas especificidades estruturais e semânticas, funções e valores; lêem e escrevem com dificuldades, bem como assumem posições de desinteresse, frustrações e incompetência em relação a essa modalidade de linguagem<sup>2,4</sup>.

Enfim, entendemos que a ênfase no reconhecimento de que as políticas públicas não têm garantido a democratização do conhecimento nem o acesso e domínio da linguagem oral e escrita gera um impacto decisivo sobre os conhecimentos teóricos e práticos produzidos no contexto da Fonoaudiologia, a partir dos quais dificuldades de leitura/escrita, em lugar de diagnosticadas como sintomas de dislexia e de outros distúrbios, passam a ser avaliadas e tratadas como decorrentes das precárias e desiguais condições de acesso e de uso dessa modalidade de linguagem<sup>5</sup>.

Por último, conduzimos nossas discussões em torno de condições necessárias para que parcerias entre profissionais da saúde e educação e, portanto, entre fonoaudiólogos e educadores, sejam estabelecidas de forma colaborativa e contribuam para a promoção da linguagem/letramento<sup>6-7</sup>.

Nesse sentido, enfatizamos abordagens que incidam, especialmente:

- sobre os mediadores do processo de apropriação da linguagem oral e escrita no contexto escolar, a partir da formação continuada /formação em serviço dos educadores. Tal formação deve incidir sobre os pressupostos teórico-práticos norteadores dos Parâmetros Curriculares Nacionais e das Diretrizes Educacionais no que tange aos processos de ensino/aprendizagem das linguagens oral e escrita;

- sobre os educadores visando ampliar suas condições de letramento, a partir da ressignificação

de histórias de vida, de sentidos e usos estabelecidos em torno das práticas de leitura e escrita;

- sobre as políticas públicas, a partir da participação em grupos e em movimentos comprometidos com a melhoria da qualidade da educação brasileira.

Enfim, as reflexões por nós propostas visam oferecer elementos para a sistematização de ações intersetoriais que, envolvendo fonoaudiólogos e educadores, contribuam para socialização de conhecimentos teórico-práticos que resultem em modos e processos de inclusão escolar capazes de subverter a lógica discriminatória que impõe na ordem do dia o binômio inclusão/exclusão, para uma lógica que persiga formas humanizadas e cidadãs de participação social<sup>8</sup>.

### A interface entre Fonoaudiologia e Educação

A análise da produção científica da Fonoaudiologia em interface com a Educação, em quatro periódicos da área, mostrou que esta vem crescendo, mas é ainda muito baixa relativamente ao tema inclusão educacional.<sup>9</sup> Essa informação aponta todavia uma contradição, se relacionada à ampliação dos serviços de saúde e educação e, ainda, aos avanços das políticas da pessoa com deficiência nos últimos anos.

Este trabalho tem por objetivo tecer algumas considerações sobre a contribuição da Fonoaudiologia para a inclusão educacional de crianças com deficiência, fundamentadas na reflexão crítica de concepções acerca da atuação da Fonoaudiologia no campo da Educação.

Historicamente, o trabalho do fonoaudiólogo na escola esteve voltado a orientações aos professores ou a intervenções após a detecção de problemas, visando contribuir para um melhor aproveitamento escolar.

O discurso técnico da reabilitação, na perspectiva da assistência à criança com deficiência, calcado no ideário de políticas educacionais que propunham sua integração ao contexto escolar, explicava os problemas que essas crianças pudessem apresentar como decorrentes de supostas incapacidades ou dificuldades de aprendizagem. Assim, as intervenções do fonoaudiólogo na escola geravam adaptações que funcionavam como currículo paralelo, guiavam-se pela premissa da





reabilitação clínica e, desse modo, não focalizavam as competências e os potenciais da criança.<sup>8-11</sup>

Recentemente, medidas de proteção social da infância e da pessoa com deficiência – garantidas pela legislação e por avanços da reflexão crítica sobre essas práticas de integração – vêm estimulando abordagens voltadas para a educação de cunho inclusivo. O conceito de educação inclusiva implica recursos e práticas educativas diferenciadas que atendam às necessidades de todos os alunos.<sup>8</sup>

Nas escolas, a adoção de abordagens inclusivas na rede de ensino público e privado tem resultado em algumas experiências exitosas, que vêm demonstrando a potencialidade da convivência com a diferença, embora se observe uma tendência à simplificação do conceito de educação inclusiva. É o caso daquelas que investem apenas no desenvolvimento de recursos (Libras, inclusão digital, sistema de FM), esperando que estes favoreçam por si só a inclusão. A educação inclusiva implica, entretanto, outras medidas, tais como: a sustentação de projetos pedagógicos que favoreçam a inclusão; a formação dos professores (continuada e permanente); a organização do trabalho pedagógico; as modificações da infraestrutura; o acesso a recursos didáticos; as políticas educacionais, consistentes e indutoras de mudanças.<sup>10</sup>

O termo inclusão é inespecífico e polissêmico; ganha sentidos diversos de acordo com o contexto e a situação em que é empregado, mas é aglutinador, tem mobilizado vários segmentos na busca de uma sociedade mais justa. Tem produzido avanços no campo dos direitos humanos e da cidadania. Enquanto problema social, é um desafio que não está vinculado apenas ao setor educacional, pois demanda projetos e ações interdisciplinares e intersetorializadas.<sup>8</sup>

Os processos de inclusão educacional não se sustentam apenas nas ações do professor em sala de aula. Demandam uma cadeia de cuidados e a troca de saberes entre os profissionais que atuam em cada segmento dessa cadeia.

A linguagem, objeto de estudo da Fonoaudiologia, transversaliza cada elo dessa cadeia e tem um papel fundamental na educação inclusiva, por sua função mediadora nos processos de aprendizagem. Saber, aprender e conhecer são realidades que se dão *na* e *pela* linguagem.

Grande parte dos problemas escolares pode ser atribuída a algum aspecto da linguagem: dificuldade para compreender e/ou aceitar o modo

como a criança se comunica, descontinuidade entre a realidade linguístico-cultural da criança e a da escola, descontinuidade na transição da oralidade para a escrita.

Em relação a crianças com algum tipo de deficiência que compromete seu domínio esses aspectos ficam ainda mais exacerbados, demandando investimento e trabalho para a construção de condições que atendam a suas necessidades e favoreçam seu desenvolvimento. Tais investimentos abrangem ações integradas dos envolvidos nesse processo (profissionais da saúde, da educação, família e comunidade).

No campo da saúde, o desenvolvimento de ações integradas, empreendido na Estratégia de Saúde da Família, com a participação do Núcleo de Apoio à Saúde da Família, tem repercutido na promoção e na proteção da saúde, demonstrando a potência do trabalho em equipe multiprofissional, orientado por uma visão inter e transdisciplinar e que trabalha em rede.<sup>12</sup> O profissional que exerce sua função em um determinado setor oferece apoio em sua especialidade para outros profissionais, equipes e setores.

Um passo importante a ser dado em programas de atenção integral à saúde da criança é a implementação de espaços coletivos de diálogo entre profissionais da educação e da saúde para a construção de redes de apoio socioeducativo, estratégia inclusiva e promotora de saúde.

Tais redes, em consonância com os princípios de integralidade, equidade e autonomia, podem contribuir para o reconhecimento do direito universal ao atendimento das necessidades de saúde e educação, bem como para a superação de abordagens que veem nessas crianças apenas suas deficiências.

Neste sentido, o trabalho em rede rompe com o modo como profissionais da saúde tradicionalmente se aproximam da área da educação, comumente exercendo função clínica ou de reabilitação na escola, na detecção de problemas. O que interliga uma rede de apoio socioeducativo é o questionamento sobre quais são as melhores formas de se dar respostas às necessidades de saúde e de educação da criança.

As relações entre as instituições e as pessoas que trabalham em rede devem ser horizontais (sem hierarquia de poder ou comandos), complementares e interdependentes.<sup>12</sup> As estratégias operacionais devem se pautar na ação dialogada, na discussão,







no planejamento e na execução de estratégias de superação de obstáculos. Exigem, portanto, a reflexão crítica sobre as condições de aprendizagem dessas crianças, mas também sobre os processos de trabalho.

Por seu perfil profissional, o fonoaudiólogo tem muito a contribuir, não só para a criação de espaços coletivos de interação de saberes e práticas necessários à educação inclusiva, mas também para a superação de barreiras comunicacionais e a articulação de ações integrais de saúde e educação da criança. Cabe, ainda, destacar outra capacidade profissional do fonoaudiólogo nesse campo, que é o apoio para a construção e consolidação de relações de trabalho que favoreçam o reconhecimento das potencialidades de todos os atores presentes nos processos de inclusão (criança, família e profissionais).

### **A atuação do Fonoaudiólogo no contexto de Educação Inclusiva e Educação Especial**

A operacionalização de uma pedagogia inclusiva caracteriza um processo complexo por implicar a necessidade de se criar e de se garantir condições que oportunizem o acesso e a permanência de todos os alunos na escola, não apenas dos alunos com deficiência, mas todos os que frequentam o sistema educacional inclusivo. Tais condições devem contemplar o uso de novos recursos e de tecnologias que favoreçam a apropriação dos conhecimentos valorizados culturalmente pela escola, bem como a interdisciplinaridade na busca por parcerias profissionais que otimizem o trabalho do professor na sala de aula comum, no ensino regular<sup>13-15</sup>.

Portanto, ao ser levado em conta o paradigma atual sob o qual o sistema educacional inclusivo tem construído as bases de suas reflexões e ações – o paradigma da inclusão, uma vez que práticas assistencialistas, de segregação e de exclusão tem sido cada vez mais refutadas, é relevante considerar o papel assumido pelo fonoaudiólogo em sua relação com a escola inclusiva e sua contribuição à interdisciplinaridade necessária para a efetivação da educação inclusiva, tanto no que se refere à sua parceria com o professor do ensino regular, quanto à assessoria ao professor especialista do Atendimento Educacional Especializado – AEE, que atua à frente da sala de recursos multifuncionais<sup>6</sup>.

As práticas fonoaudiológicas concretizadas no contexto educacional inclusivo pressupõem, então, a reflexão sobre os princípios teóricos e metodológicos resultantes das atuais políticas públicas e da legislação que norteiam a organização do sistema educacional inclusivo, em detrimento da utilização de alguns paradigmas que anteriormente subsidiavam a atuação do fonoaudiólogo na escola<sup>16</sup>.

Mais especificamente em função da reorganização do sistema educacional inclusivo e dos serviços de apoio da Educação Especial tem ocorrido questionamentos acerca do papel do fonoaudiólogo no contexto do Atendimento Educacional Especializado. Ainda, há a necessidade de readequação da legislação vigente, no que tange à atuação fonoaudiológica em escolas, em razão da extinção das classes especiais, entre outros aspectos.

Frente a esse quadro, o fonoaudiólogo, resguardando-se, evidentemente, os limites e os objetivos de sua atuação no sistema educacional, precisa conhecer e debater, criticamente, os princípios da Educação Inclusiva e da Educação Especial, no que se refere aos aspectos político-ideológicos, metodológicos e legais, ou seja, ligados à legislação vigente. Tal conhecimento faz-se necessário, pois é condição primordial para a efetivação de parcerias que favoreçam ao professor e ao fonoaudiólogo a compreensão acerca da apropriada utilização de estratégias, recursos, formas de comunicação e sinalização diferenciadas e materiais adaptados que atendam às necessidades educacionais especiais dos alunos usuários da sala de recursos multifuncionais, matriculados no ensino regular. Portanto, tais parcerias podem concretizar uma atuação colaborativa entre esses profissionais, com vistas a contribuir para a superação de barreiras atitudinais, físicas, comunicacionais e metodológicas e favorecer a inclusão da diversidade de alunos matriculados no ensino regular e/ou acompanhados nos serviços de apoio da Educação Especial.

### **Considerações Finais**

As três apresentações trouxeram contribuições relevantes para a área de Fonoaudiologia Educacional mostrando que o fonoaudiólogo precisa redefinir e implementar efetivamente sua atuação junto às escolas.

Esta Mesa Redonda gerou uma discussão interessante por trazer para questões relevantes e





preocupantes sobre o baixo índice de aprendizagem tanto na educação inclusiva quanto na especial, enfatizando o papel do fonoaudiólogo no contexto escolar e defendendo a parceria com os professores em um trabalho em rede.

As políticas educacionais brasileiras atuais garantiram um acesso maior e mais democrático de crianças à Educação Básica, contudo existem alguns aspectos que precisam ser revistos e adequados, tais como a qualidade de ensino e o respeito à diversidade.

No tocante ao Ensino Comum e à Educação Especial, as mudanças políticas deram ênfase para a Educação Inclusiva com o argumento de que todos os estudantes têm direitos iguais para se desenvolver de acordo com suas potencialidades de forma a adquirir competências que lhes permitam uma plena participação na sociedade.

Contudo, já em 2001, um estudioso da área<sup>17</sup> afirmava que a inclusão não deve se pautar apenas na aceitação do diferente, pois esta prática pode ter como efeito a anulação do outro. É preciso o reconhecimento da diferença e, ao mesmo tempo, a busca por soluções para a convivência e para o respeito à diversidade.

É inegável a realidade de que existem escolas que apresentam distúrbios de leitura e escrita. Entretanto, questiona-se o fato de que, atualmente, tornou-se muito frequente, ou seja, a rotulação e a medicalização de crianças que apresentam um baixo nível de letramento. Consequentemente, estas crianças têm poucas oportunidades de vivenciar experiências com leitura e escrita por meio de práticas contextualizadas que promovam a motivação e uma aprendizagem significativa. Contudo, observa-se que é muito frequente compará-las com outras crianças de mesma escolaridade desconsiderando-se a origem de suas dificuldades.

A atuação do Fonoaudiólogo no contexto escolar deve estar focada na promoção da linguagem dos estudantes, incentivando a apropriação e o domínio linguístico de cada aluno. Além disso, deve propiciar uma interação mais motivadora e significativa entre estes e seus professores, por meio de implementação de ações estruturadas em parceria com os mesmos e com outros profissionais que atuam junto às escolas e às famílias.

Nas três palestras foi enfatizada a necessidade de o Fonoaudiólogo Educacional definir seu papel tanto na Educação Inclusiva, quanto na Educação Especial; conhecer as políticas públicas

de educação e realmente participar de uma rede de atuação inter e transdisciplinar.

A atuação em rede possibilita a discussão e a reflexão sobre as estratégias e as diretrizes político-pedagógicas necessárias para a implementação do currículo escolar em cada região. Além disso, propicia uma análise mais justa e criteriosa das diferenças individuais dentro de um contexto coletivo maior.

## Referências Bibliográficas

1. Guarrido RA Biologização da vida e almas: implicações do discurso médico sobre a educação. In Conselho Regional de Psicologia/SP; Grupo Interinstitucional Queixa Escolar/SP (orgs.). *Medicalização de crianças e adolescentes: conflitos silenciados pela redução de questões sociais a doenças individuais*. Casa do Psicólogo, 2010; p. 27-40.
2. Rojo RHH. Letramentos múltiplos, escola e inclusão social. Parábola Editorial, 2009; INAF – BRASIL/2009. Indicadores de Alfabetismos Funcional: principais resultados. Ação Educativa. Instituto Paulo Montenegro, 2009.
3. Bueno JGS; Mendes GML; Santos RA (orgs.) *Deficiência e escolarização: novas perspectivas de análise*. Junqueira & Marin Editores, 2008
4. INAF – BRASIL/2009. Indicadores de Alfabetismos Funcional: principais resultados. Ação Educativa. Instituto Paulo Montenegro, 2009.
5. Massi G. A outra face da dislexia. Editora Plexus, 2ª. Ed.2010.
6. Giroto CRM. *A parceria entre o professor e o fonoaudiólogo: um caminho possível para a atuação com a linguagem escrita*. Marília, 2006, 256 f. Tese. (Doutorado em Educação). FFC - UNESP, 2006.
7. Berberian AP; Calheta PP. Fonoaudiologia e Educação: práticas voltadas à formação de professores. Dreux, FM; Mendes, BCA; Navas, ALPGP (orgs.) *Tratado em Fonoaudiologia*. São Paulo: Rocca, 2009: 682-691.
8. Trenche MCBT; Balieiro CR. Fonoaudiologia e Inclusão Social. In Dreux FM, Mendes, BCA, Navas, ALPGP. (orgs.). *Tratado de Fonoaudiologia*, 2ª. Ed. São Paulo: Roca: 2009, p. 627-632.
9. Bizerra MP, Trenche, MCB, Ferreira, LP. Interface entre Fonoaudiologia e Educação: análise da produção em periódicos científicos. Revista Distúrbios da Comunicação (aceito para publicação)
10. Trenche M.C.B.T, Balieiro C.R. Assessoria Fonoaudiológica à Escola. In Bevilacqua et al (org.) *Tratado de Audiologia* (org). São Paulo: Ed.Santos, 2011
11. Facchini LA et al.. Avaliação de efetividade da Atenção Básica à Saúde em municípios das regiões Sul e Nordeste do Brasil: contribuições metodológicas *Cad. Saúde Pública*, RJ, 24 Sup 1:S159-S172, 2008
12. Inojosa, R M. Redes de compromisso social. *Revista de Administração Pública — RAP*, RJ, v.33, n.5, p.115-141, set./out.1999
13. Brasil. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. 2008a. Disponível em: [http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica\\_nacional\\_educacao\\_especial.pdf](http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica_nacional_educacao_especial.pdf) Acesso em: 11/10/11).





14. Brasil. Nota Técnica nº 62/2011. Disponível em: <http://www.portalinclusivo.ce.gov.br/index.php/noticias/745-orientacoes-aos-sistemas-de-ensino-sobre-o-decreto-no-76112011>. Acesso em: 11/01/2012.

15. Brasil. Decreto nº 7.611/2011. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm). Acesso em: 18/12/2011.

16. Oliveira, A. A. S., Omote, S., Giroto, C. R. M. Inclusão escolar: as contribuições da Educação Especial. São Paulo; Cultura Acadêmica Editora, 2008.

17. Veiga-Neto, A. Incluir para excluir. In: Larrosa, J. e Skliar, C. (org). *Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p.105-118.

**Recebido em** fevereiro/12; **aprovado em** julho/12.

**Endereço para correspondência**

Maria Sílvia Cárnio

**E-mail:** [mescarnio@usp.br](mailto:mescarnio@usp.br)

